



República de Moçambique
CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 53/2008
30 de Dezembro

Havendo necessidade de se estabelecer dispositivos técnicos que permitam a acessibilidade, circulação e utilização dos sistemas de serviços e lugares públicos das pessoas em geral e em particular, das portadoras de deficiência ou de mobilidade condicionada, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1

É aprovado o Regulamento de Construção e Manutenção dos Dispositivos Técnicos de Acessibilidade, Circulação e Utilização dos Sistemas dos Serviços públicos à Pessoa Portadora de Deficiência ou de Mobilidade Condicionada que consta em anexo ao presente decreto e dele faz parte integrante.

Artigo 2

Compete ao Ministro que superintende a área da construção de obras públicas supervisionar a implementação do presente regulamento.

Artigo 3

Este decreto entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

Maputo, 30 de Dezembro de 2008

A Primeira Ministra,

Luísa Dias Diogo

**REGULAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS
DISPOSITIVOS TÉCNICOS DE ACESSIBILIDADE, CIRCULAÇÃO E
UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE SERVIÇOS E LUGARES
PÚBLICOS
À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU DE
MOBILIDADE CONDICIONADA**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1
Definições**

Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a) **Acessibilidade:** a possibilidade de alcance e utilização, com segurança e autonomia, dos sistemas de serviços e lugares públicos, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos e das edificações, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade condicionada;
- b) **Dispositivo técnico:** qualquer artefacto capaz de permitir o acesso e utilização com autonomia, dos sistemas de serviços e lugares públicos;
- c) **Mobiliário urbano:** o conjunto de objectos existentes nas vias e espaços públicos, sobrepostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que a sua alteração ou modelo não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabinas telefónicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;
- d) **Pessoa portadora de deficiência ou de mobilidade condicionada:** qualquer cidadão ou indivíduo com capacidade física limitada de acesso e utilização dos sistemas de serviços e lugares públicos.

**Artigo 2
Âmbito de aplicação**

1. O presente regulamento aplica-se :

- a) Aos edifícios públicos ora existentes;

- b) Aos edifícios públicos em construção;
 - c) Aos projectos ora aprovados cujas obras de construção ainda não iniciaram;
 - d) *Aos projectos de novas construções, de remodelação ou ampliação de instalações, edifícios, estabelecimentos ou outros lugares públicos.*
2. Este regulamento aplica-se também, nos projectos de edifícios, estabelecimentos ou espaços de utilização pública, nomeadamente:
- a) Equipamentos sociais de apoio a pessoas idosas e ou com deficiência: lares, residências, centro de dia, centros de convívio, centros de emprego protegido, centros de actividades ocupacionais e noutros equipamentos equivalentes;
 - b) Equipamentos de saúde: centros de saúde, centros de enfermagem, centros de diagnóstico, hospitais, hospitais dia, maternidade, clínicas, postos médicos em geral, e farmácias;
 - c) Estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico, secundário e superior, centros de formação, residências e cantinas;
 - d) Estabelecimentos de reinserção social, estações ferroviárias, centrais de camionagem, gares marítimas e fluviais, aerogares de aeroportos e aeródromos, paragens dos transportes colectivos na via pública, postos de abastecimento de combustível e áreas de serviços;
 - e) Passagens de peões desniveladas, aéreas ou subterrâneas, para travessia de vias-férreas, vias rápidas e auto-estradas;
 - f) Estações de correios, estabelecimentos de telecomunicações, bancos e respectivas caixas automáticas (ATM), companhias de seguros e estabelecimentos similares;
 - g) Museus, teatros, cinemas, salas de congresso e conferências, bibliotecas públicas, bem como outros edifícios ou instalações destinados a actividades recreativas e socioculturais;
 - h) Recintos desportivos, designadamente estádios, pavilhões gimnodesportivos e piscinas;

- i) Espaços de lazer, nomeadamente parques infantis, praias e discotecas;
 - j) Estabelecimentos comerciais, bem como, hotéis, apart-hotéis, motéis, residenciais, pousadas, estalagens, pensões e ainda restaurantes e cafés cuja superfície de acesso ao público ultrapasse os 150m²;
 - k) Igrejas, mesquitas, templos e outros edifícios destinados ao exercício de cultos religiosos;
 - l) Parques de estacionamento de veículos automóveis;
 - m) Instalações sanitárias de acesso ao público.
3. As regras deste regulamento aplicam-se sem prejuízo das contidas em regulamentação técnica específica sobre a construção de obras públicas ou privadas de uso público.

CAPÍTULO II ESTRUTURAS FÍSICAS URBANAS

Passagens de peões

Artigo 3 Passeios e vias de acesso

1. Os pavimentos dos passeios e vias de acesso devem ser compactos e as suas superfícies revestidas de material cuja textura proporcione uma boa aderência, continuidade, firmeza, estabilidade e sem interrupções por degraus ou mudanças abruptas de nível.
2. A inclinação máxima dos passeios e vias de acesso circundantes aos edifícios deve ser de 6% no sentido longitudinal e de 2% no sentido transversal. A altura máxima dos lances, nas imediações das passagens de peões, é de 0,12m, por forma a facilitar o rebaixamento até um máximo de 0,02m.
3. A largura mínima dos passeios e vias de acesso deve ser de 2,25m.
4. A abertura máxima das grelhas das tampas dos esgotos de águas pluviais deve ser de 0,02m de lado ou de diâmetro.

5. O espaço mínimo entre os postes de suporte dos sistemas de sinalização vertical deve ser de 1,20m no sentido da largura do passeio ou via de acesso.
6. As raquetas publicitárias, as cabinas telefónicas, os postes de sinalização rodoviária vertical ou outro tipo de mobiliário urbano não deverão condicionar a largura mínima livre do passeio de 1,20m.
7. A altura mínima de colocação das placas de sinalização fixadas em postes, nas paredes ou em outro tipo de suportes, bem como dos toldos ou similares, quando abertos, deve ser de 2m.
8. O equipamento ou mobiliário urbano deverão ter características adequadas, de modo a permitir a sua correcta identificação ao nível do solo pelas pessoas com deficiência visual.

Artigo 4 **Passagens de superfície**

1. O comprimento mínimo da zona de intercepção das zebras com as placas centrais das rodovias deve ser de 1,50m, não podendo a sua largura ser inferior à largura da passagem de peões.
2. Os lances dos passeios devem ser rebaixados a toda largura das zebras pelo menos até 0,02m da superfície das mesmas, por forma que a superfície do passeio que lhe fica adjacente proporcione uma inclinação suave.
3. A textura do pavimento das passagens de peões deve ser diferente da utilizada no passeio e na via e prolongar-se pela zona contígua do passeio.
4. O sinal verde para os peões deve estar aberto o tempo suficiente para permitir a travessia com segurança, a uma velocidade de 0,40m/s.
5. Devem existir sinais acústicos complementares nos semáforos, para orientação das pessoas com deficiência visual

Artigo 5

Rampas

1. Para a passagem de um pavimento para outro de nível diferente, deve ser construída uma rampa.
2. As rampas devem ter uma largura mínima de 1,50m, uma inclinação máxima de 6% e a extensão máxima, de um só lanço, de 6m. A cada lanço seguir-se-á um patamar de nível para descanso com a mesma largura da rampa e um comprimento mínimo de 1,50m.
3. Quando as rampas mudarem de direcção deve haver uma plataforma de nível para descanso, com as mesmas características da alínea b).
4. Ambos os lados da rampa devem dispor de um duplo corrimão, a uma altura, respectivamente, de 0,90m e 0,75m, da superfície da rampa. Os corrimãos devem prolongar-se, pelo menos, 0,30m do início e do topo da rampa, sendo as extremidades arredondadas. Pode ser dispensada a exigência de corrimãos quando o nível a vencer pelas rampas seja inferior a 0,40m.
5. Os pavimentos das rampas devem ser ladeados, por ambos os lados de fora, por uma protecção com uma altura mínima de 0,05m, ao longo de toda a extensão, a qual rematará a superfície do piso através de concordância côncava.
6. A textura dos revestimentos das superfícies dos pisos das rampas deve ser de material que proporcione uma boa aderência e com a diferenciação de textura e cor amarela no início e no fim das rampas.
7. No caso de abertura de portas sobre rampas, o patamar deverá prolongar-se pelo menos 0,30m para além de cada lado da porta.
8. Em casos especiais, se a porta se abrir para dentro, o patamar poderá ser reduzido até 0,90m, mas deverá ter um prolongamento mínimo de 0,30m para além do lado da porta.
9. No caso de ser absolutamente impossível a construção de rampas, devem prever-se dispositivos mecânicos nomeadamente elevadores, plataformas elevatórias ou outro equipamento adequado para vencer o desnível.

Artigo 6

Escadas

1. Quando nas passagens desniveladas houver também recurso a escadas, estas devem ter largura mínima de 1,50m, estar equipadas com guardas dos lados exteriores e corrimãos de ambos os lados a uma altura variando de 0,85m a 0,90m.
2. No início das escadas, o material a usar no revestimento do pavimento deve ser de textura diferente da do pavimento que as antecede e de cor amarela. Esse contraste cromático deve efectuar-se no focinho dos degraus.
3. Os pisos dos degraus não devem ser escorregadios nem apresentar ressaltos na sua superfície.
4. Não devem ser construídas escadas com espelhos vazados nem com pisos salientes em relação ao espelho.
5. Nenhuma porta deve abrir directamente para o topo da escada ou girar de forma a obstruir o primeiro ou o último degrau.
6. As escadas não devem ser revestidas de tapetes.
7. Cada lance de escada não deve exceder a 16 degraus. Ultrapassando este número, deve ser previsto um patamar de nível para descanso com a mesma largura das escadas e um comprimento mínimo de 1,50m.
8. Os degraus devem ter focinho boleado. A altura máxima do espelho é de 0,16m. O piso dos degraus deverá proporcionar uma boa aderência.
9. Os corrimãos devem ser contínuos, sem interrupção nas plataformas das escadas e rampas, permitindo boa colocação e deslizamento das mãos.
10. O corrimão deve ter um diâmetro que varie de 0,04m a 0,05m para permitir uma boa aderência e deslizamento das mãos;
11. O corrimão deve prolongar-se, pelo menos, 0,30m do início ao topo da rampa ou lance da escada.
12. Deve ser deixado o espaço livre mínimo de 0,04m, entre a parede e o corrimão.
13. O parapeito deve ter uma altura mínima de 0,90m e neste ser afixado o corrimão.
14. As rampas ou escadas enclausuradas entre paredes devem ser guarnecidas com corrimão.

CAPÍTULO III

ACESSOS AOS EDIFÍCIOS E A OUTROS LUGARES PÚBLICOS

Secção I

Entradas dos edifícios

Artigo 7

Rampas e escadas

As características técnicas das rampas de acesso aos edifícios são idênticas às previstas no capítulo anterior, devendo a inclinação máxima não ultrapassar 6% e os lanços terem uma extensão máxima de 6m e a largura mínima de 1,50m.

As escadas de acesso aos edifícios devem igualmente ter as características técnicas definidas no capítulo anterior e uma largura mínima de 1,20m, em conjugação com as rampas, quando existam.

Artigo 8

Portas exteriores

1. A largura mínima dos vãos das portas de entrada nos edifícios abertos ao público é de 0,90m.
2. As portas com mais de uma folha, pelo menos uma folha deve ter as especificações descritas na alínea a).
3. A altura máxima das soleiras das portas de entrada deve ser de 0,02m, devendo ser sutadas em toda a largura do vão que abre em caso de impossibilidade de respeitar aquela dimensão.
4. Os átrios das entradas dos edifícios, desde a soleira da porta de entrada até a porta dos ascensores e dos vãos de porta de acesso às instalações com as quais comunicam, devem estar livres de degraus ou de desníveis.
5. Os botões de campainhas ou de trinco devem situar-se entre 0,90m e 1,30m de altura e devem ter alguma diferenciação táctil, seja em relevo, braille ou outra, e com dispositivo luminoso.
6. As fechaduras e os manípulos das portas devem situar-se a uma altura entre 0,90m e 1,10 m do piso.

Artigo 9

Dimensões dos corredores e portas interiores

1. As portas interiores, vestíbulos e corredores deverão ter uma largura mínima livre de passagem de 0,80m.
2. Os vestíbulos e corredores deverão ter uma dimensão mínima que possibilite para os primeiros a inscrição de uma circunferência com 1,50m de diâmetro e para os segundos 1,20m de largura.
3. Em portas com mais de uma folha, pelo menos uma folha deve atender o ponto anterior.
4. As portas situadas em áreas confinadas ou em meio circular, devem ter uma largura mínima livre de passagem de 0,60m.
5. As molas para portas devem ser reguladas de forma a permitir a sua completa abertura.
6. As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e as maçanetas devem ser do tipo alavanca.
7. As portas tipo vai e vem devem ter visor horizontal com as seguintes características: altura mínima 0,20m; largura mínima 2/3 da largura da folha da porta; altura do visor entre 0,50m e 1,20m.
8. No caso de abertura de portas sobre rampas, devem ser observadas as condições estabelecidas para as passagens de peões na zona urbana, indicadas na alínea g) do número 2 do artigo 4: o patamar deverá prolongar-se pelo menos 0,30m além de cada lado da porta; se a porta se abrir para dentro, o patamar poderá ser reduzido para 0,90m, mas deverá prolongar-se 0,30m além de cada lado da porta.
9. As portas dos compartimentos sanitários devem ter a parte inferior até uma altura de 0,40m do piso feita em material resistente, para suportarem pancadas de bengalas, muletas, plataformas e rodas das cadeiras de roda.
10. O equipamento e ou mobiliário deverão ter características adequadas, de modo a permitir a sua correcta identificação ao nível do solo pelas pessoas com deficiência visual.

Secção II Equipamento

Artigo 10 Ascensores

1. Em edifícios de mais de um piso, quando não for possível projectar-se rampa, é indispensável a instalação de ascensor.
2. A largura mínima dos vãos das portas de entrada dos ascensores deve ser de 0,80m.
3. A dimensão mínima do patamar localizado diante da porta do ascensor deve ser de 1,50m x 1,50m devendo as áreas situadas em frente das respectivas portas ser de nível sem degraus ou obstáculos que possam impedir o acesso, manobras e entrada de uma pessoa em cadeiras de rodas.
4. A dimensão mínima, em planta, do interior das cabinas dos ascensores deve ser de 1,10m de largura x 1,40m de profundidade.
5. A altura dos botões de comando dos ascensores, localizados no interior das cabinas dos ascensores, oscilará de 0,90m e 1,30m da superfície do pavimento. Os mesmos devem ter ainda alguma referência táctil, seja em relevo, braille ou outra, e com dispositivos luminosos.
6. A altura dos botões de chamada dos ascensores oscilará de 0,90m a 1,20m do pavimento do patim e sempre do lado direito da porta, com referência táctil, seja em relevo, braille ou outra, e com dispositivos luminosos.
7. Devem ser colocadas barras no interior das cabinas dos ascensores a uma altura que varie de 0,75m a 0,90m da superfície do pavimento e a uma distância mínima da parede de 0,04m.
8. O limite de precisão de paragem dos ascensores não deve ser superior a 0,02m.
9. Devem estar instalados detectores volumétricos para imobilizar portas e ou andamento das cabinas.
10. Pelo menos um dos elevadores do edifício deve atingir todos os pisos, inclusive o da garagem.

Artigo 11

Balcões ou guichets

1. A altura máxima dos balcões ou guichets deve variar de 0,70m a 0,80m, numa extensão mínima de 2,00m.
2. O espaço livre em frente aos balcões ou guichets de atendimento deve ter um raio mínimo de 1,00m.

Artigo 12

Instalações telefónicas

1. A altura máxima da ranhura para as moedas ou para cartão, bem como do painel de marcação de números, dos telefones para utilização do público, deve variar de 0,90mm a 1,20mm. Nas cabinas telefónicas o espaço livre mínimo deve ser de 0,90m x 1,40m.
2. Os aparelhos telefónicos instalados nas áreas de atendimento público de cada edifício devem ter os números com alguma referência tátil, seja em relevo, em braille ou outra.

Artigo 13

Instalações sanitárias de utilização geral

1. Um dos quartos de banho, quer para o sexo feminino quer para o sexo masculino, deve ter medidas mínimas de 2,20m por 2,20m, permitindo o acesso por ambos lados da sanita. Nesta cabina é obrigatória a colocação de barras de apoio bilateral, rebatíveis na vertical e a 0,70m do pavimento. A porta deve ser de correr ou de abrir para o exterior. O pavimento dos quartos de banho deve oferecer boa aderência.
2. A altura de colocação dos lavatórios deve variar de 0,70m a 0,80m da superfície do pavimento, devendo ser apoiados sobre poleias e não sobre pedestais. As torneiras são do tipo hospitalar ou de pastilha.
3. Todas as instalações sanitárias adaptadas deverão ser apetrechadas com equipamento de alarme adequado, ligado ao sistema de alerta (luminoso e sonoro) para o exterior ou outro local de controlo.

CAPÍTULO IV OUTROS SISTEMAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Artigo 14 Recintos e instalações desportivas

1. Nos balneários, o espaço mínimo de pelo menos uma das casas de banho com WC e lavatório é de 2,20m x 2,20m com barras para apoio bilateral a 0,70m da superfície do pavimento. A altura máxima dos comandos de água é de 1,20m da superfície do pavimento.
2. Nos vestiários, a área livre para circulação é de 2m x 2m e a altura superior de alguns dos cabides fixos é de 1,30m da superfície do pavimento.
3. Nas piscinas, a entrada deve ser feita por rampas e escadas no sentido do comprimento ou da largura ou ainda através de meios mecânicos não eléctricos. As escadas e rampas devem ter corrimãos duplos, bilaterais, situados, respectivamente, a 0,75m e 0,90m de altura da superfície do pavimento. Os acessos circundantes das piscinas devem ter revestimento antiderrapante.

Artigo 15 Edifícios e instalações escolares e de formação

1. As passagens exteriores entre edifícios são niveladas e cobertas.
2. A largura mínima dos corredores é de 1,80m.
3. Nos edifícios de vários andares é obrigatório o acesso alternativo à escadas, por ascensores e/ou rampas.

Artigo 16 Salas de espectáculos e outras actividades socioculturais

1. A largura mínima dos coxias e corredores é de 0,90m e de 1,50m, respectivamente.
2. Nestas instalações, o espaço mínimo livre a salvaguardar por cada espectador em cadeira de rodas é de 1m x 1,50m.
3. O número de lugares destinados a pessoas em cadeira de rodas é: de capacidade até 300 lugares, 3; de capacidade de 301 a 1000, 5; de capacidade superior a 1000 lugares, 5; mais por cada 1000.

Artigo 17

Parques de estacionamento

1. Os acessos aos parques de estacionamento, quando implantados em pisos situados acima ou abaixo do nível do pavimento das ruas, serão garantidos por rampas ou ascensores;
2. Nos parques, devem ser reservados lugares para veículos em que um dos passageiros seja uma pessoa em cadeira de rodas: nos parques de lotação até 25, pelo menos 2 lugares; nos parques de lotação de 26 a 100, 3 lugares; nos de lotação de 101 a 500, 4 lugares e nos de lotação superior a 500, 5 lugares.
3. Os lugares reservados são demarcados a amarelo sobre o pavimento e assinalados por uma placa indicativa do símbolo internacional de acesso;
4. As dimensões de cada lugar reservado devem ser, no mínimo, de 5,50m x 3,30m.

Artigo 18

Símbolo internacional de acesso

1. O Símbolo Internacional de Acesso representa toda a pessoa portadora de deficiência e significa que o edifício ou o local de uso público em que se encontra afixado é acessível a todas as pessoas, incluindo pessoas portadoras de deficiência e permite-lhes livre trânsito.
2. O Símbolo Internacional de Acesso tem as seguintes características:
 - a) Um quadrado de fundo azul contendo uma figura em branco de uma pessoa em cadeira de rodas dirigida para a direita;
 - b) A tinta utilizada deve ser reflectora;
 - c) O Símbolo quando sinaliza a acessibilidade num edifício de uso público deverá ter a dimensão mínima de 0,14m x 0,14m;
 - d) O símbolo e a especificação das respectivas dimensões, vem representado no anexo.

CAPÍTULO V

Fiscalização

Artigo 19

Competência

Compete à Inspeção Geral de Obras Públicas, fiscalizar o cumprimento do presente regulamento.

Artigo 20

Infracções e penalizações

1. Sem prejuízo da penalização das infracções constantes dos códigos, posturas e outra legislação aplicável, a construção de edifícios ou outras instalações de sistemas de serviços públicos sem os dispositivos técnicos previstos no presente regulamento é punida:
 - a) Com multa de 8000,00 a 80.000,00 Meticais na Cidade de Maputo e nas cidades capitais de províncias;
 - b) Com multa de 4000,00 a 40.000,00 Meticais nas restantes cidades e vilas;
 - c) Com multa de 2000,00 a 20.000,00 Meticais nas outras povoações ou localidades.
2. O incumprimento das disposições deste regulamento nos edifícios públicos de que resulte prejuízo para o Estado é punível, com as necessárias adaptações, nos termos do Estatuto Geral dos Funcionários de Estado.
3. Se houver matéria criminal será elaborado o respectivo auto de notícia para efeito do competente procedimento.
4. Compete à Inspeção Geral de Obras Públicas instaurar os processos aos infractores, aplicar e cobrar as multas.

Artigo 21

Recurso

Das decisões referidas no presente regulamento, cabe recurso ao Tribunal Administrativo.

Artigo 22

Destino das multas

1. Os valores das multas referidas no presente regulamento devem ser entregues na Recebedoria da Fazenda da Repartição de Finanças respectiva, no mês seguinte ao da sua cobrança.
2. Os valores das multas cobradas ao abrigo do presente regulamento têm o seguinte destino:
 - a) 40% para o Orçamento do Estado;
 - b) 40% para Inspeção Geral de Obras Públicas entidade responsável pela sua cobrança.
 - c) 20% para a Acção Social

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 23

Projectos em processo de aprovação ou em licenciamento

O presente Regulamento aplica-se aos projectos de novas construções de uso público cujo processo de aprovação ou licenciamento esteja em curso à data da entrada em vigor do presente regulamento, devendo os interessados apresentar, em aditamento, os seus projectos revistos de conformidade com este regulamento.

Artigo 24

Adaptação

1. As instalações, edifícios, estabelecimentos, bem como os respectivos espaços adjacentes, e vias públicas já construídos e em construção, que não garantam a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, deverão ser adaptadas no prazo de 10 anos a contar da data da publicação, para assegurar o cumprimento das normas técnicas aprovadas pelo presente regulamento.
2. No caso dos projectos de novas construções de uso público, cujo processo de aprovação ou licenciamento esteja em curso à data da entrada em vigor do presente regulamento os interessados deverão contactar os órgãos competentes, com vista à reformulação do respectivo projecto, de acordo com o presente regulamento;

Artigo 25

Excepções

1. Excepcionalmente, quando a aplicação dos dispositivos técnicos, aprovados por este regulamento, origine situações de difícil execução, obrigue à aplicação de meios económico-financeiros desproporcionados ou afecte sensivelmente o património cultural, os organismos competentes para a aprovação definitiva dos projectos poderão autorizar outras soluções, nomeadamente:

- a) Colocar no rés-do-chão um posto de atendimento público ou criar uma representação dos serviços prestados nas suas instituições, no balcão de atendimento único que também deverá satisfazer as especificações técnicas do presente regulamento;
- b) As adaptações referidas na alínea anterior deverão ser introduzidas no prazo de 5 anos a contar da data de publicação do presente regulamento.

2. Os organismos competentes referidos no número precedente são:

- Ministério das Obras Públicas e Habitação;
- Ministério da Educação e Cultura; e
- Ministério das Finanças.

3. A construção dos dispositivos técnicos aprovadas por este regulamento a edifícios e respectivos espaços adjacentes que revistam especial interesse histórico e arquitectónico classificado ou em via de classificação será avaliada caso a caso e adaptada às características específicas de cada edifício, ficando a sua aprovação dependente do parecer favorável dos organismos competentes.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 30 de Dezembro de 2008

Publique-se

A Primeira Ministra, LUÍSA DIAS DIOGO

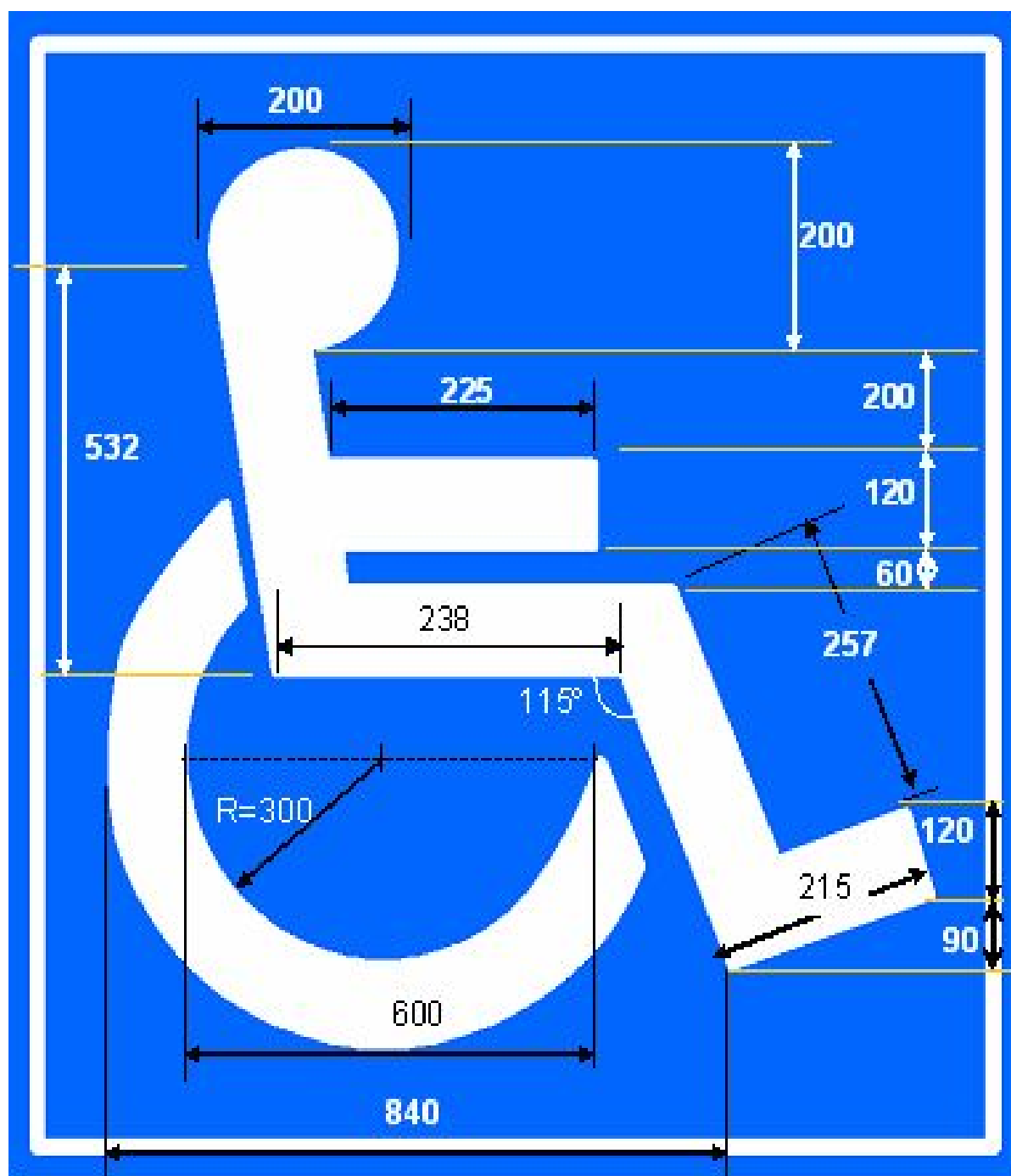
ANEXOS

SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO



SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO

Fig. 1



SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACCESO

Fig. 2